

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) dispõe dos recursos financeiros necessários para a demarcação (conforme o convênio nº 059/82). A FUNAI já identificou os limites da Área Indígena Awa-Gurupi (conforme Grupo de Trabalho nº 1921/E de 09/08/1985). O governo federal se responsabilizou pela regularização de todas as terras indígenas na área de influência do Programa Grande Carajás, até julho de 1987. O caso da Área Indígena Awa-Gurupi continua pendente. Por quê?

Por incrível que pareça, quem está, no momento, criando os maiores obstáculos para a demarcação de A.I. Awá-Gurupi é o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), alegando como justificativa "ser a área destinada a criação de uma reserva biológica".

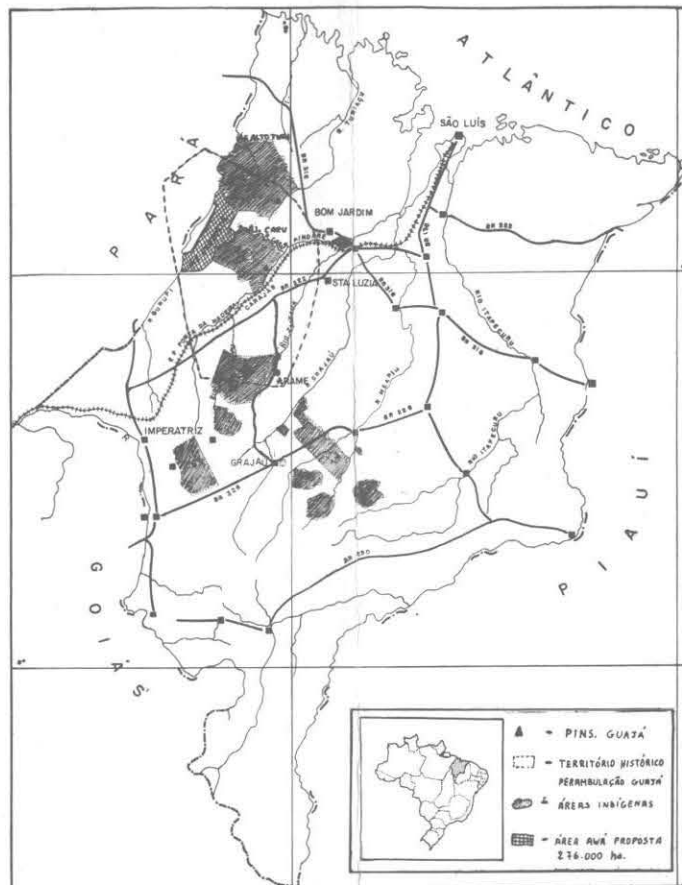
É impressionante observar que o IBDF, órgão governamental que tem por obrigação defender as reservas florestais como patrimônio público, tornou-se, nesses últimos vinte anos, conivente com a invasão e devastação de grande parte da Reserva Florestal de Gurupi, possibilitando e favorecendo a abertura de estradas e instalação de projetos de colonização e, recentemente, permitindo a implantação do Programa Grande Carajás - através da Companhia Vale do Rio Doce (Empresa Estatal), iniciativas estas que causaram a morte de centenas de índios (Guajá, Guajajara e Ka'apor).

De repente, o IBDF, criminosamente omisso por tantos anos, levanta barreiras à demarcação de uma área indígena, sabendo que esta é a única forma para se preservar condignamente a natureza e garantir o equilíbrio ecológico do qual os índios são parte integrante.

V - Exigências básicas aos órgãos oficiais:

- Decretação e demarcação imediata da Área Indígena Awá-Gurupi para abrigar os Guajá, conforme proposta já encaminhado junto ao Governo Federal. Veja mapa.
- Garantir a defesa da Área Indígena Awá-Gurupi de invasões e instalações de projetos especiais.
- Criar condições adequadas para o contato dos grupos que permanecem fora da área.

Desde já, repudiamos qualquer casuísmo jurídico e/ou administrativo que possa cercear o usufruto exclusivo e pleno, pelos Guajá, das terras da Área Indígena Awá-Gurupi.



Manifeste-se com urgência por carta ou telegrama para:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Palácio do Planalto
Brasília - DF

PRESIDENTE DA FUNAI
SEUP - Sul. Q. 702 - Bloco A
Edifício Lex 3º
70.330 - Brasília - DF

MINISTRO DO INTERIOR
Esplanada dos Ministérios
Brasília - DF

PRESIDENTE DO IBDF
SAIN
Av. L4 Norte - Edifício Sede
70.000 - Brasília - DF

PRESIDENTE DA FUNAI

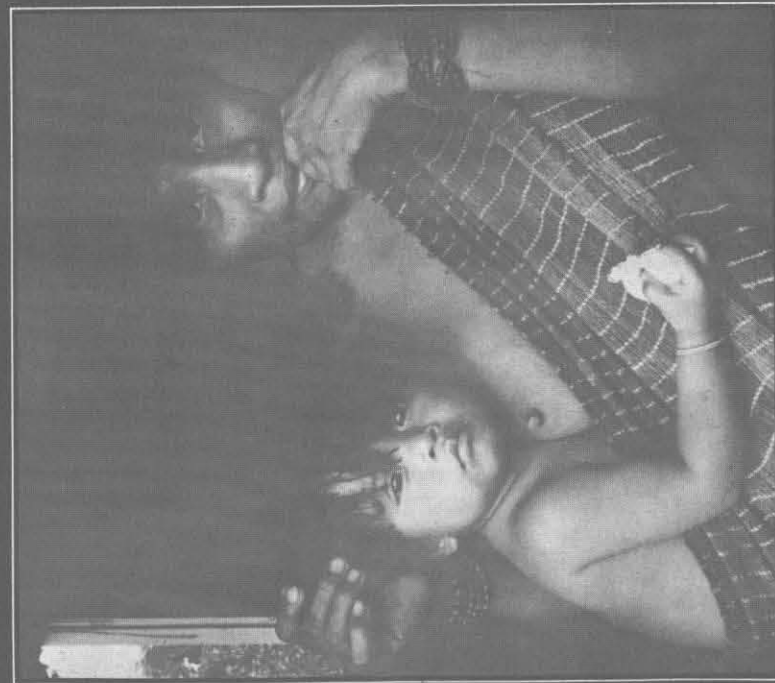
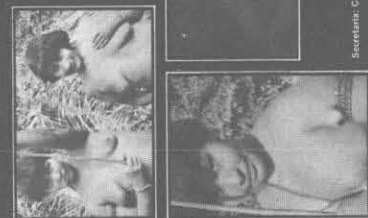
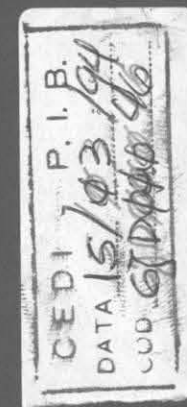
PRESIDENTE DO IBDF

Para maiores informações:
Secretaria da Campanha Guajá
Conselho Indigenista Missionário, Regional MA
Avenida Pedro II, s/nº - Caixa Postal 698 - Arquidiocese
Fone: (098)222-4243 - 65.000 - São Luís - MA.

Com Apoio: UNI, CEDI, CPI, CCFY, ABA, CTI, OPAN, CPT-MA, TEMPOS NOVOS.

TERRA PARA OS GUAJÁ

Os últimos índios nômades
ameaçados de extinção no Maranhão
na área do Programa Grande Carajás



I - Histórico do Contato

Os Guajás, índios de língua tupi-Guarani, são o último povo nômade e sem agricultura do Brasil.

Divididos em pequenos bandos de 4 a 30 pessoas, os Guajás estão localizados nas matas altas dos rios Pindaré, Caru, Turiaçu, Gurupi, no estado do Maranhão. Desde os meados do século passado se têm notícias da existência dos Guajás nessa região.

Acossados pelos Ka'apor e Tembés Tenetehara na altura das cabeceiras do rio Turiaçu e médio Gurupi, e pelos Guajajara no alto rio Caru, os Guajás fizeram do nomadismo a principal arma de defesa e sobrevivência. E, no início desse século, a sua população talvez chegasse a 600 pessoas.

Mas, a partir da década de 30, com o espantoso decréscimo populacional dos Guajajaras, Tembés e Ka'apor, dizimados por constantes surtos epidêmicos, os Guajás crescem em número, se espalham e ampliam suas bases territoriais até os rios Zutíua e Buriticupu. É possível que tenham atingido o ápice da sua população por volta do início da década de 1950, com 800/1000 pessoas.

Foi a época em que caravanas de lavradores dos vales dos rios Itapecuru e Mearim – esbulhados de suas terras – e de nordestinos – fugindo da seca e à procura de mata e água – deram início à ocupação do Noroeste do Maranhão, penetrando nos vales dos rios Pindaré, Caru e Gurupi.

A abertura das rodovias BR 316 (Recife-Belém) e BR 222 (São Luís-Açailândia) atraiu e incentivou o avanço da frente agrícola camponesa e, no seu rastro, a grilagem da terra. Criaram-se novos municípios (Santa Luzia, Bom Jardim...) onde antes era hábitat tradicional dos Guajás, Guajajaras e Ka'apor.



O contato contínuo das frentes de expansão com os Guajás provocou, logo de início, uma drástica diminuição da sua população pela transmissão de doenças contagiosas (sarampo, gripe, coqueluche, malária...) e mesmo pelo assassinato premeditado; e causou a dispersão de vários segmentos do povo Guajá, o isolamento de vários grupos uns dos outros e, portanto, a diminuição da sua capacidade de auto-reprodução biológica, como ainda está se dando atualmente com alguns grupos.

A partir de 1982, a situação dos Guajás se tornou ainda mais dramática com a implantação do Programa Grande Carajás nos seus diversos segmentos.

Os órgãos oficiais de assistência ao índio, SPI, e posteriormente, FUNAI, pouco ou nada fizeram para proteger e defender o povo Guajá.

II - Situação Atual

Não se tem dados suficientes para calcular com precisão o número dos Guajás sobreviventes.

Conforme dados recolhidos recentemente, o Posto Indígena Awá, da FUNAI, localizado na A. I. Caru, assiste e mantém contato, de formas diferentes, com 72 Guajás; e o PI Guajá, localizado na A.I. Alto Turi, com 37 (1986).

Há informações (dos mesmos Guajás contatados, de índios Guajajaras, de caçadores, peões, posseiros, empregados de fazendas, madeireiros, colonos...) da existência, de outros grupos perambulando dentro e fora de áreas indígenas, cercados pelas frentes de conquista e forçados a revelar a sua existência, mas procurando lugares de mais difícil acesso e fugindo de qualquer contato.

Um cálculo, muito aproximado, desses grupos daria um número de mais de 100 pessoas, totalizando cerca de 200.

Das regiões da floresta da Serra da Desordem, ainda virgens, que, sem dúvida, representam uma base tradicional da imemorial presença dos Guajás, não se tem quase notícia.

Atualmente a maior parte do território histórico dos Guajás, que a partir de 1961 coincidiu com a Reserva Florestal do Gurupi (Dec. nº 51.026 de 25/07/61), está ocupada por milhares de posseiros, invadida por centenas de latifúndios (de 1500 a 4500 ha) e por empreendimentos agro-industriais (Cacique, União, Varig, Sunil, Sanbra, Socic, Irmãos Galletti...), ilegal e impunemente instalados, rasgada pela ferrovia Carajás, loteada pelo GETAT, e o restante pleiteado para ser leito de implantação dos projetos (ferro gusa, carvão vegetal, agro-pecuária) planejados pelo Programa Grande Carajás.

Os Guajás estão entregues ao seu destino.



III - Ameaças ao Sistema Ecológico

As usinas siderúrgicas de ferro-gusa (algumas já em implantação), os empreendimentos agro-industriais e as fábricas de carvão vegetal para alimentação dos alto-fornos, planejados pelo Programa Grande Carajás, implicarão na destruição de cerca de 25 milhões de metros cúbicos de madeira por ano, o que significaria cerca de 80 mil hectares de desmatamento por ano.

Isso quer dizer que, dentro de poucos anos, haverá um deserto onde antes existia a floresta, causando a morte e o desaparecimento de milhares de espécies da fauna e flora tropical, com gravíssimas consequências para o ecossistema.

É notório que os índios, nesse caso os Guajás, são os únicos e legítimos moradores da mata, que garantem, através da sua presença e atividades, a preservação do equilíbrio ecológico.

